

Aprendendo a Fiscalizar: Uma Experiência de Educação Fiscal Mediada por Tecnologias Cívicas em Escolas de São Paulo

Gisele Craveiro¹
Alexandre Gama²
Carla Aragão³
M. A. Tumbiolo Tosi Gioia⁴
Silvia Craveiro⁵

RESUMO

Este artigo apresenta o estudo de caso do *Projeto Aprendendo a Fiscalizar - Educação Fiscal em escolas de São Paulo*, resultante de uma articulação intersetorial e cujo foco foi contribuir para o desenho de uma estratégia de inserção da Educação Fiscal nos anos finais do ensino fundamental (8º e 9º anos) e no ensino médio de cinco escolas públicas de ensino integral, entre 2017 e 2019. A pesquisa

-
- 1 Professora da *Escola de Artes, Ciências e Humanidades* da USP, credenciada no *Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política*, Líder do grupo de pesquisa *Colaboratório de Desenvolvimento e Participação* (CoLab-USP). Doutora em Engenharia de Sistemas pela USP, Mestre pela Unicamp em Ciências da Computação. Email: giselesc@usp.br.
 - 2 Graduado em Gestão de Políticas Públicas pela *Escola de Artes, Ciências e Humanidades* (EACH-USP). Integrante do grupo de pesquisa *Colaboratório de Desenvolvimento e Participação* (CoLab/USP). Bolsista de extensão pela EACH/USP entre os anos de 2018 a 2021 com o projeto *Oficinas de Aplicativos Cívicos para o Controle e Participação Social*. E-mail: alexandre.gama@usp.br.
 - 3 Pesquisadora, educadora e jornalista. Doutoranda em Educação pelo *Programa de Pós-graduação em Educação/UFBA*. Integrante dos grupos de pesquisa *Educação, Comunicação e Tecnologias* (GEC/UFBA) e *Colaboratório de Desenvolvimento e Participação* (CoLab/USP). Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pelo CIAGS/UFBA e graduada em Comunicação Social (UFBA). Email: carla.aragao@ufba.br.
 - 4 Atual presidente do *Observatório Social do Brasil - São Paulo* desde 2020, trabalhou na Receita Federal por quase 25 anos atuando em diversas áreas, em especial no *Programa Nacional de Educação Fiscal*. Administradora de Empresas pela EAESP-FGV, Especialista em Educação Fiscal e Cidadania pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) e Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela EACH-USP.
 - 5 Professora da Etec CEPAM de Gestão Pública e coordenadora pedagógica. Professora supervisora de pesquisas de pré-iniciação científica em parceria com a USP. Doutora e Mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP/FGV. Email: silvia@gestaopublica.etc.br.

foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva e adoção de procedimentos bibliográficos e documental. O objetivo do trabalho é analisar o desenho de inserção da Educação Fiscal nas escolas participantes e as percepções da comunidade escolar (gestores, professores e estudantes). Os resultados encontrados apontaram para a ausência do debate na escola e a falta de formação dos professores para trabalharem o tema. Não obstante, a comunidade escolar destacou a relevância da experiência, realizada de modo horizontal e com plena autonomia para execução do projeto de acordo com cada contexto escolar. Gestores e professores sinalizaram a necessidade de um número maior de formações e o aprimoramento das plataformas digitais utilizadas: *Cuidando do Meu Bairro* e *Monitorando a Cidade*, igualmente apontadas como ambientes de aprendizagem inovadores que contribuíram para o engajamento dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Fiscal; Ensino Médio; Ensino Fundamental; Percepções da Comunidade Escolar; Tecnologias Cívicas.

1. Introdução e Objetivo

No âmbito da administração pública, a transparência é vista como o acesso do cidadão às informações públicas, abrangendo a participação da sociedade no processo de tomada de decisões da administração. Segundo a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE), tal acesso é essencial para a transparência das ações de governo e a transparência orçamentária para maior *accountability*.

A *accountability* societal se apoia na transparência do orçamento público garantida pela Constituição Brasileira, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei Complementar 131. De forma que a sociedade possa acompanhar as tomadas de decisão realizadas por esse instrumento de planejamento governamental, onde o governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa o que de fato vai ser feito com esses recursos.

Para o necessário letramento no tema (ARAGÃO, 2021), a Educação Fiscal propõe partilhar conhecimentos e informações bem como relacionar-se com a comunidade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, por meio de uma abordagem didático-pedagógica multi e interdisciplinar contextualizada, capaz de beneficiar o envolvimento a sociedade no que tange ao orçamento público (BRASIL, 2014). Nesse contexto, no ano de 1996, é criado oficialmente o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). A Portaria Interministerial do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério da Educação (MEC) Nº 413/2002

implementa o Programa educacional de âmbito nacional, planejado pela União e as secretarias estaduais e municipais da Fazenda e Educação.

Buscando contribuir com o desenvolvimento de metodologias e também com a difusão do tema, o projeto *Aprendendo a Fiscalizar - Educação Fiscal* nas Escolas Municipais e Estaduais de Educação Integral no Município de São Paulo desenhou uma metodologia de inserção da Educação Fiscal nos anos finais do ensino fundamental II (8º e 9º anos) e no ensino médio das escolas de ensino integral, abrangendo gestores, coordenadores pedagógicos, professores e estudantes através de atividades práticas que propiciasse o entendimento dos conceitos do sistema tributário brasileiro e a destinação dos recursos.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a estratégia proposta para a inserção da Educação Fiscal voltada aos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, por meio do estudo de caso do *Projeto Aprendendo a Fiscalizar*. Trabalhamos para compreender a percepção das comunidades escolares que participaram do projeto sobre os efeitos das ações desenvolvidas nas escolas.

A opção pelo estudo dessa experiência é motivada pelas práticas inovadoras que pudemos observar de planejamento, de desenvolvimento das atividades e de ensino, por se tratar de tema ainda árido, mas fundamental na formação de cidadãos conscientes. A horizontalidade na implementação do projeto, a adoção de metodologias participativas, a exploração de possibilidades no uso de plataformas digitais para acesso à informação orçamentária, o uso de canais de interação com o poder público e a possibilidade de coleta de dados pela comunidade em seu território apresentados pelo projeto sugerem um campo fértil de pesquisa, que compartilhamos logo a seguir.

2. Metodologia

O método utilizado para a realização deste estudo é de natureza qualitativa, com a estratégia metodológica de estudo de caso. Foi uma pesquisa do tipo descritiva, fazendo uso dos procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental.

Os estudos de caso têm como pressuposto o estudo intenso de um fenômeno complexo que é capaz de revelar planos estruturais que podem ser encontrados em outros casos, a partir de diferentes perspectivas (ALMEIDA, 2016). O autor define estudo de caso como uma “investigação cuja finalidade é descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexas, com dimensões variáveis em interconexão” (p. 61). Sendo assim, pode ser considerado um procedimento metodológico com pretensões holísticas, apesar da diversidade temática,

na medida em que procura apreender diversas dimensões de um fenômeno ou evento social específico.

Adotou-se, também, a pesquisa descritiva, que, de acordo com Gil (2002), é aquela que tem como objetivo fundamental a descrição dos aspectos de um fenômeno, que conta como característica considerável a coleta de dados por meio de “questionário e observações sistêmicas”. Esse tipo de pesquisa também é usual com pesquisadores que se preocupam com a atuação prática do seu objeto de estudo.

Ademais, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, procedimento que permitiu apontar os principais conceitos presentes na literatura nacional, com o período limitado entre 2010 e 2020, tendo como base levantamento anteriormente feito por Aragão (2021), que identificou trabalhos que debruçaram-se acerca do tema de Educação Fiscal.

3. Conceitos Básicos

Nessa seção buscamos apresentar conceitos e diretrizes da Educação Fiscal no Brasil e alguns elementos e diretrizes encontrados nessa implementação de política pública educacional. A revisão apresentada na seção 3.1 é depois seguida de uma breve explanação sobre a articulação deste conceito de educação fiscal com o de tecnologias cívicas, com a apresentação de duas delas na seção 3.2.

3.1. Conceito de Educação Fiscal

De acordo com o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF):

Educação Fiscal deve ser compreendida como uma abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, estimulando o cidadão a compreender o seu dever de contribuir solidariamente em benefício do conjunto da sociedade e, por outro lado, estar consciente da importância de sua participação no acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador. A Educação Fiscal deve tratar da compreensão do que é o Estado, suas origens, seus propósitos e da importância do controle da sociedade sobre o gasto público, através da participação de cada cidadão, concorrendo para o fortalecimento do ambiente democrático. (BRASIL, 2009, p. 27)

Silva (2007) define a Educação Fiscal como projeto de educação para a formação do estudante como cidadão. Essa competência tem como objetivo

a percepção da realidade em que este está inserido, subsidiando uma atuação lúcida com a finalidade de uma contribuição para a abordagem da situação social dos excluídos, aqueles que não são contemplados pela justiça social.

Ainda argumenta a autora que a Educação Fiscal tem como proposta oferecer ao cidadão ferramentas para que possa buscar melhorias para toda a sociedade, em uma ação de apropriação do conhecimento e transformação da sociedade, constituindo o encontro da educação com a ação analítica (SILVA, 2007).

Carmo conceitua Educação Fiscal como o ato de conhecer e apropriar-se dos nossos direitos e deveres como cidadão, e assim exercê-los em sua plenitude, desejando melhor qualidade de vida para a sociedade no geral (DO CARMO, 2008 apud MARTINS, 2009 p. 7).

Segundo Martins (2009), a Educação Fiscal está dentro de um bojo maior, a Educação Social, assim seria mais uma modalidade de educação. No entanto, a Educação Fiscal é responsável pela formação de um cidadão com responsabilidade pois, sem esta, a cidadania padece, sendo assim, ela, a Educação Fiscal, o caminho para edificar uma sociedade mais solidária e justa.

De acordo com Aguiar (2014) e Aguiar e Maia (2014), a Educação Fiscal é aquela que busca elucidar a grande massa sobre os conceitos de tributos, receitas públicas, dever de pagar tributos, orçamento público, financiamento de políticas públicas, licitação, transparência na gestão pública - conceitos esses que estão à margem do conhecimento dos cidadãos ou que o conhecimento é superficial.

Educação Fiscal é uma política pública de Estado que busca habilitar o cidadão a, criticamente, relacionar “tributo, orçamento público, ética e cidadania, como condição ao pleno desenvolvimento individual e social, sustentáveis” (OLIVEIRA, 2012, p. 25). O autor prossegue afirmando que a Educação Fiscal é uma das ações para o desenvolvimento da cidadania, passando pela compreensão particular do valores éticos-culturais do Estado de Bem-Estar Social, tendo como interior a verdadeira ferramenta do ambiente tributário e orçamentário: o mundo fiscal (OLIVEIRA, 2012).

Como conceito, difunde a idealização de igualdade, liberdade e justiça social. Na forma de plano de governo, propõe transferir fundamentos aos atores no procedimento de gestão, que podem interferir criticamente (controle social) acerca dos atos dos administradores públicos, apoiando a construção de uma coletividade democrática, pois prioriza a paridade entre os homens. Assim, o Estado ultrapassa a posição habitual de gestor e o cidadão passa, de forma participativa, a controlá-lo, exercendo verdadeiramente seu papel (BORGES, 2012).

Portanto, a Educação Fiscal visa afunilar a via de relações entre o Estado e a comunidade, criando instrumentos para prática de uma cidadania mais abrangente, por meio do seu envolvimento nos caminhos do país, bem como na defesa do patrimônio coletivo.

3.2. A Tecnologia a favor da Cidadania

Com o objetivo de sustentar, contribuir e aperfeiçoar métodos de atuação, fiscalização e responsabilidade social, pouco a pouco têm sido elaborados instrumentos tecnológicos com inúmeras utilidades, que constantemente usam um conjunto de informações públicas (base de dados) para realizar o cruzamento de dados, produzindo novas informações e visualizações cooperativas e participativas (VILLI, 2018).

As tecnologias cívicas são instrumentos utilizados para gerar, assentar ou ajudar o interesse público (MCCANN, 2015 apud AMORIM, CRAVEIRO, MACHADO, 2019)⁶. Nos espaços virtuais, essas tecnologias possibilitam a liberdade de expressão, de reunião, de tomada de decisão, além de outras oportunidades democráticas (GRAEFF, 2018).

As tecnologias cívicas, como o *Cuidando do Meu Bairro*⁷ e *Monitorando a Cidade*⁸, tornam-se fundamentais para incentivar a atividade de participação pois, por meio do acompanhamento constante e da avaliação de políticas públicas, a população está apta a intervir na democratização das deliberações da sociedade e, dessa forma, colaborar para a melhoria da gestão das políticas e dos serviços oferecidos pelos entes federados (VILLI, 2018).

O *Cuidando do Meu Bairro* e *Monitorando a Cidade* ocupam lugar no seletivo grupo de ferramentas digitais independentes, desassociadas a governos e/ou partidos, que permitem o acompanhamento das despesas realizadas pelos órgãos públicos. Ambas as tecnologias estão em contínuo aperfeiçoamento pelo *Colaboratório de Desenvolvimento e Participação* (COLAB) da Universidade de São Paulo - USP (AMORIM; CRAVEIRO; MACHADO, 2019).

Se o controle social é o monitoramento da sociedade sobre as ações do Estado, o monitoramento participativo é uma forma de vigilância coletiva e contínua de aspectos de interesse público (VILLI, 2018, p. 59). Nesse sentido,

6 McCANN, Laurenellen. *Experimental Modes of Civic Engagement in Civic Tech: Meeting People Where They Are*. Chicago: Smart Chicago Collaborative, 2015.

7 *Cuidando do Meu Bairro* - plataforma para fiscalização dos gastos públicos em tempo real na cidade de São Paulo: <https://cuidando.vc/>

8 Plataforma para coleta colaborativa de dados para ação cidadã: <https://promisetracker.org/pt>.

a utilização de tecnologia cívica para atividade de participação é essencial na prestação de contas pelo ente público, porque facilita o comprometimento da população nos procedimentos de controle das contas estatais, estimulando a participação, o empoderamento e o compromisso cidadão na vigilância das políticas públicas por meio do monitoramento e da avaliação dos resultados das políticas públicas (CRAVEIRO; SANTOS, 2020).

Ainda que não sejam ferramentas formalizadas ou institucionalizadas, aptas a requerer a responsabilização dos atores públicos pela ação ou omissão, são instrumentos independentes a serviço da comunidade para o esforço da diminuição da desigualdade de conhecimento entre governantes e governados e, assim, de *accountability* dos gerentes públicos com trato ao orçamento público e aos planos e políticas públicas, por exemplo (AMORIM; CRAVEIRO; MACHADO, 2019).

4. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto *Aprendendo a Fiscalizar* foi proposto e desenvolvido de forma coletiva entre entidades interessadas em promover mudanças de base social nos processos de orçamento público e participação social no município de São Paulo a partir da difusão de conhecimento. Destas entidades, duas são da sociedade civil, a *Rede de Conhecimento Social* (Recos) e o *Observatório Social do Brasil - São Paulo* (OSP-SP); duas são acadêmicas, o *CoLaboratório* de Pesquisa e Desenvolvimento - USP (COLAB-USP) e a Etec CEPAM; e uma é parte do poder público, o *Grupo de Educação Fiscal Estadual - São Paulo* (GEFE-SP).

O Projeto se deu em um ciclo de três etapas e foi realizado entre os anos de 2017 e 2019. O trabalho teve início com a realização de um estudo sobre as políticas públicas voltadas para a educação de tempo integral e, posteriormente, a seleção de escolas no município de São Paulo para integrar a parceria e desenvolver ações de Educação Fiscal com eixo na qualidade dos serviços públicos, incentivando a cidadania dos estudantes. O Projeto visou disponibilizar instrumentos e ferramentas para contribuir com conhecimentos e aprendizagens para apoiar cidadãos a tomarem decisões na vida pública.

Foram identificadas 74 escolas municipais de ensino fundamental com educação em tempo integral e 50 escolas estaduais de ensino médio e fundamental. Posteriormente, ao identificar as escolas públicas que implementam tais políticas no município de São Paulo, foi enviado um questionário do tipo *survey* às instituições rastreadas via correio eletrônico. A elaboração do questionário e avaliação dos resultados para a seleção das escolas que participariam do projeto-piloto ficou a cargo da *Rede de Conhecimento Social*.

Os resultados apontaram a existência de dois modelos distintos de educação em tempo integral, um que separa as ações complementares no contraturno das disciplinas regulares e outros que as oferece de forma integrada com as demais disciplinas, o *Programa Mais Educação* do Governo Federal em parceria com a Prefeitura de São Paulo⁹ e o *Programa Ensino Integral* do Governo do Estado de São Paulo¹⁰, respectivamente.

Cerca de 41% das escolas pesquisadas - o equivalente ao número de cinquenta e uma - responderam ao questionário. Os resultados demonstraram conhecimento mediano sobre a temática da Educação Fiscal e interesse em desenvolver projeto conjunto sobre o assunto. Os números desta primeira etapa da pesquisa contribuíram para o debate sobre educação em tempo integral, ao possibilitar o entendimento dos desenhos da formação oferecida pelas escolas aos estudantes e as possibilidades de atuação conjuntas nesta formação.

Após a realização desse levantamento, foram selecionadas escolas de tempo integral que se interessaram em inserir na sua atuação pedagógica a temática da Educação Fiscal. As instituições de ensino participantes do projeto foram: *Escola Estadual Lasar Segall*, *Escola Estadual Professor Odon Cavalcanti*, *Escola Municipal de Ensino Fundamental Aclamado*, *Escola Estadual Professor João Batista Vilanova Artigas*, *Escola Técnica Estadual CEPAM*¹¹ e *Escola Estadual Ministro Costa Manso*¹².

A segunda etapa do projeto foi realizada no período de um ano, entre agosto de 2017 e agosto de 2018, tendo como objetivo a aquisição de conhecimentos sobre Educação Fiscal a partir de um estudo bibliográfico que resultou em uma proposta que integrasse esse conteúdo nas escolas de período integral.

Os aspectos metodológicos de implementação do tema diferenciaram-se de modo a respeitar a realidade de cada instituição. Em todas elas, ocorreu a realização de oficinas de capacitação com docentes e discentes, com apresentação do tema e das plataformas digitais de transparência e controle social. Os recursos *online* utilizados nesses encontros foram o *Cuidando do Meu Bairro* e o *Monitorando a Cidade*, ambos desenvolvidos pelo ou em parceria com o *CoLaboratório de*

9 *Programa Mais Educação* do Governo Federal (<https://bityli.com/F5Uzp>).

10 *Programa de Ensino Integral* do Estado de São Paulo (<https://bityli.com/TyIZUx>).

11 A Etec CEPAM foi selecionada posteriormente, com a desistência de uma das escolas escolhidas no primeiro momento.

12 Inicialmente, a *Escola Estadual Ministro Costa Manso* demonstrou interesse em aderir ao projeto, porém, optou por não implementá-lo devido à não adesão dos professores, já comprometidos com outras iniciativas. Embora esta escola tenha sido escolhida pelo conhecimento prévio com a temática da Educação Fiscal (professores da escola participaram de cursos de Educação Fiscal oferecidos por instituições ligadas ao GEFE - SP), os gestores alegaram que havia uma grande demanda de projetos na escola e não dariam conta de mais um.

Desenvolvimento e Participação - COLAB-USP. Foram realizadas reuniões de planejamento com as equipes escolares a fim de estabelecer a abordagem da temática em cada uma das instituições de ensino participantes.

Como o Projeto previa a abordagem da Educação Fiscal nas escolas a partir do uso da Tecnologia da Informação, buscou-se incentivar as equipes gestoras e docentes a refletirem sobre metodologias que adotam plataformas em suas formações (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

O planejamento contou com a programação das seguintes fases: apresentação do Projeto às equipes escolares (diretores, coordenadores e corpo docente); oferecimento de oficinas de formação realizadas por representantes das organizações do coletivo, alunos bolsistas da USP e parceiros do Grupo de Educação Fiscal Estadual; planejamento coletivo com os professores que demonstraram interesse em trabalhar com o Projeto; implementação de ações com o acompanhamento contínuo; e, por fim, avaliação do decorrer de todo o processo, que teve duração de dois anos, indo desde a implementação do *Aprendendo a Fiscalizar* nas escolas até a documentação e análise das atividades desenvolvidas (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

As duas fases introdutórias - apresentação às equipes escolares e oferecimento de oficinas formativas - tiveram como intuito a introdução de Educação Fiscal ao corpo docente e sua formação na usabilidade das plataformas, para que estes pudessem pensar alternativas de inserção do Projeto nas disciplinas regulares da grade curricular.

A fase seguinte de planejamento com os professores se deu por meio de exposições dialogadas em que a equipe do *Aprendendo a Fiscalizar* apresentou a metodologia *PerguntAção* que foi trabalhada detalhando seu funcionamento. Segundo (FEAC,2014), *PerguntAção* é uma metodologia que, a partir de consultas participativas de opinião, permite que os pesquisados consigam levantar os problemas e necessidades que os rodeiam, e com os dados desse levantamento sejam elaboradas soluções construídas coletivamente.

Esse tipo de pesquisa se assemelha muito a outros dois tipos de pesquisa que já estão consolidados pela literatura: a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011; TRIPP, 2005) e a pesquisa participante (FELCHER, FERREIRA E FOLMER, 2017). A *PerguntAção* viabilizou a construção colaborativa dentro da coalizão, ou seja, construindo o projeto a muitas mãos e permitindo, desde a elaboração, na fase inicial, o desenho e o planejamento das atividades nas escolas.

Os professores, por sua vez, também apresentaram suas visões de como o Projeto poderia ser desenvolvido em concomitância às atividades em sala de aula. Tendo em mente o fato das escolas serem de ensino integral, contavam com

disciplinas exclusivas, as eletivas, para desenvolverem o protagonismo dos estudantes, como *Protagonismo Juvenil* e *Projeto de Vida*. Após essas apresentações, foram ministradas aos professores oficinas dos aplicativos cívicos, com o intento de capacitá-los a passar o conhecimento aos seus alunos. Diferentemente da oficina inaugural, que tinha caráter introdutório, essa reunião propiciou aos docentes tirarem dúvidas e se aprofundarem no uso dos aplicativos (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

Durante o Projeto, foram realizadas oficinas de controle social promovidas pelo *Observatório Social do Brasil – São Paulo* (OSB-SP) e sobre as plataformas de tecnologia cívicas já mencionadas, além de palestras com técnicos da Controladoria Geral da União (CGU). Também foram promovidas visitas técnicas a algumas instituições públicas municipais ou com sede na capital paulista, entre elas a Câmara Municipal de São Paulo, a Receita Federal do Brasil, a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

4.1. Descrição da Implementação do Projeto e Ações nas Escolas

Na fase de implementação e acompanhamento, cada escola teve autonomia para desenhar o seu processo. Na *Escola Estadual Lasar Segall*, por exemplo, o trabalho foi desenvolvido no primeiro semestre de 2018 sob duas formas: o oferecimento de uma disciplina eletiva e dentro do projeto *Protagonismo Juvenil*. Na disciplina eletiva *Detetive: investigando o caminho do imposto*, o tema abordado foi o caminho percorrido pelos tributos, com atenção aos impostos desde o seu recolhimento até a utilização dos recursos pelo poder público. Objetivou-se inserir os discentes como protagonistas na fiscalização, além de empoderá-los, por meio do conhecimento, acerca da temática e dos vocábulos que estão ao entorno da linguagem tributária.

As atividades de formação ocorriam por meio de aulas expositivas sobre os conceitos de Educação Fiscal, auxiliadas por vídeos disponibilizados via internet e realização de exercícios como forma de fixar o conhecimento. Como complemento às ações em sala de aula, foram feitas visitas *in loco* ao *Clube da Comunidade* (CDC) *Vila Clementino*, a fim de averiguar uma dotação que constava na plataforma, e à Receita Federal. Além da apresentação das plataformas *Cuidando do Meu Bairro* e *Monitorando a Cidade*, foram disponibilizados materiais impressos em forma de cartilha, fornecidos pela Receita Federal, que continham o conceito de Educação Fiscal e tributos na forma de jogos, visando a participação de alunos do 6º ao 9º anos e com o objetivo de maior fixação dos conhecimentos, dado que foram fornecidos neste formato (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

Os materiais pedagógicos utilizados foram as cartilhas fornecidas pelo GEFE-SP, impressões fornecidas pelos professores para montagem dos jogos de

Educação Fiscal e projetores da escola para exibição de vídeos. No componente Protagonismo Juvenil, o coletivo do *Aprendendo a Fiscalizar* apresentou, para uma turma de estudantes do 6º ao 9º ano, conceitos ligados ao Orçamento Público, tendo por fio condutor o recurso advindo da escola por meio do *Programa Dinheiro Direto na Escola* (PDDE). A representante do *Observatório Social* comparecia todas as quintas-feiras, levando dinâmicas diversas e debates, procurando envolvê-los nas questões de arrecadação e aplicação dos recursos públicos (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

Já a parceria com a *Escola Estadual Professor Odon Cavalcanti* iniciou-se no segundo semestre de 2017, com a apresentação do *Projeto Aprendendo a Fiscalizar* aos gestores e professores, em que ficou definido que o Projeto iria atuar em duas frentes. A primeira, por meio de uma disciplina eletiva, e a segunda, por meio do projeto *Protagonismo Juvenil*. Em 2018, foi apresentada aos alunos a proposta do Projeto dentro da disciplina eletiva *O Povo no Poder*, ministrada pelas professoras de Inglês e de Geografia. A turma foi composta por alunos do 6º ao 9º ano.

Ao longo da disciplina, os estudantes tiveram oportunidade de realizar visita técnica ao prédio da Receita Federal, em que puderam conhecer o histórico da Educação Fiscal e o papel da Receita Federal em apresentação realizada pelos agentes públicos da instituição e do *Programa Nacional de Educação Fiscal*. Aos discentes foi ministrada uma aula que deu ênfase ao controle social, contando com a apresentação de uma integrante do *Observatório Social do Brasil - São Paulo* (OSB/SP) (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

No projeto de *Protagonismo Juvenil*, a proposta foi a de proporcionar aos estudantes do 9º ano uma vivência que desenvolvesse o espírito coletivo, o desenvolvimento pessoal e o incentivo à proatividade, de modo a inserir trabalhos dos alunos dentro da comunidade ao redor da escola. Para tal, foram ministradas aos estudantes oficinas sobre a plataforma *Cuidando do Meu Bairro*.

Os alunos se dividiram em grupos para falar sobre questões como corrupção e uso dos impostos, além dos três poderes. O tema abordado foi *Impostos* na perspectiva da eletiva *O Povo no Poder*. No projeto do *Protagonismo Juvenil*, o objetivo foi contribuir com a temática *Escola e Comunidade* a partir do conceito de controle social. Foram exercidos através do uso das ferramentas *Cuidando do Meu Bairro* e *Monitorando a Cidade*. O público dessa atividade foram os alunos do 9º ano (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

Na *Escola Estadual João Batista Vilanova Artigas*, a programação do *Aprendendo a Fiscalizar* foi realizada de forma transversal, permeando diversas disciplinas. O tema abordado esteve ligado ao meio ambiente, com o intuito de buscar a solução para o córrego não-canalizado próximo à instituição. A escola passou por todo o processo de

formação dos professores e gestores, o que compreendeu as oficinas sobre Educação Fiscal e as duas plataformas, *Cuidando do Meu Bairro* e *Monitorando a Cidade*.

As ações de capacitação se deram no início do primeiro semestre de 2018 e desenrolaram-se por meio de aulas expositivas sobre os conceitos de Educação Fiscal. As turmas do 6º ao 9º anos, que foram as participantes, visitaram o córrego, escreveram propostas (a curto, médio e longo prazos) para solucionar a questão da (não) canalização. As proposições foram submetidas a um processo de debate e votação pelos alunos. As atividades tiveram complementação ao serem levantadas informações sobre obras já realizadas e em andamento na região do córrego. Foram trabalhados temas sobre as divisões de poderes, responsabilidades e canais de cobrança. Por fim, as atividades da iniciativa foram divulgadas para a comunidade local (escola e bairro) e ampliadas (internet/redes sociais/ mídia). A ideia era, a partir das propostas vencedoras, buscar mais informações sobre o andamento de iniciativas que foram paradas e a viabilidade de outras, além de cobrar de autoridades (subprefeito, vereadores, etc) as providências necessárias.

Um dos diferenciais da iniciativa realizada pela escola é que a temática não foi inserida em uma disciplina específica, pois o Projeto foi apresentado e trabalhado de maneira interdisciplinar, ligando uma diversidade de temas com pontos em comuns, como a mobilização social, o orçamento público, a Educação Fiscal e a preservação do meio ambiente, entre outros (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

A *Escola Municipal de Ensino Fundamental Aclamado* foi a única que não finalizou os trabalhos. Desde o início do projeto havia forte dificuldade em entrar em contato com a escola e, conseqüentemente, de obtenção de retorno. Nesse período, houve rotatividade da equipe, principalmente da equipe gestora, o que levou a uma descontinuidade do Projeto. Além disso, durante o ano letivo, muitos funcionários precisaram se afastar das atividades escolares e, por questões legais, não se conseguiu repor esses postos. Sendo assim, a equipe ficou desfalcada, gerando acúmulo de função e trabalho para quem permaneceu na escola (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

Apesar dos empecilhos, as oficinas sobre Educação Fiscal e das ferramentas *Cuidando do Meu Bairro* e o *Monitorando a Cidade* foram aplicadas a todos os professores e houve interesse em trabalhar com o Projeto em conjunto com todas as séries. Um plano para execução do trabalho chegou a ser traçado, entretanto, por conta de dificuldades administrativas da própria escola, a proposta com os alunos mais novos foi a única que acabou sendo executada. Não obstante, não houve a possibilidade de coletar mais informações sobre o que foi desenvolvido com os professores (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

A execução do projeto no *Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal*, a Etec CEPAM teve um desenho diferente, pois o Centro integrou a parceria que elaborou a proposta e realizou algumas atividades nas escolas. Além disso, os estudantes participaram do Projeto como bolsistas de pré-iniciação científica, colaborando na construção dos documentos que serviram de base da pesquisa (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019). Na Etec não houve oficinas e reuniões com todo o colegiado de docentes, mas sim uma reunião com a coordenação e dois professores que lecionam disciplinas de orçamento público. Optou-se por oferecer aos alunos do *Curso Técnico em Serviços Públicos* uma matéria denominada *Cidade Fiscal*, inspirada na disciplina *Cidade Constitucional* do curso de *Gestão de Políticas Públicas* da *Escola de Artes, Ciências e Humanidades* (EACH/USP). A disciplina *Cidade Fiscal* teve como objetivo principal contribuir para que os estudantes compreendessem como se dá a arrecadação, execução e controle do dinheiro público (RELATÓRIO AVALIATIVO, 2019).

5. PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O PROJETO APRENDENDO A FISCALIZAR

Esta seção apresentará as análises resultantes da realização de entrevistas semiestruturadas nas instituições participantes. Os respondentes foram escolhidos sob orientações combinadas entre a equipe do projeto e as unidades escolares. Definiu-se que diferentes atores seriam entrevistados e foi solicitado para as escolas selecionarem pessoas envolvidas com o projeto e pessoas que tiveram contato mais distante com as atividades de Educação Fiscal desenvolvidas nas escolas. Foram selecionados e entrevistados 21 participantes do projeto, entre gestores, professores e estudantes.

A fim de garantir o anonimato dos entrevistados e de suas escolas correspondentes, assegurando a plena liberdade de opinião, e evitando possíveis retaliações, usamos codificações para nos referirmos às escolas, como é possível ver os codinomes abaixo e passamos a identificar os gestores, professores e alunos por sua atividade na escola, sem seus nomes próprios, seguido por um numeral, por exemplo: gestor 01; docente 01; discente 01.

Quadro 01. Entrevistados por Escola

Entrevistados/ Escolas	Marta da Silva	Marielle Franco	Sônia Guimarães	Ruth de Souza	Dandara dos Palmares	Total
Gestores	1	2	1	1	0	5
Professores	2	2	2	0	0	6
Alunos	3	3	2	0	2	10

Fonte: Elaboração própria

As análises foram divididas em três segmentos de percepções dos entrevistados, sendo o primeiro, a apresentação da percepção dos gestores; o segundo, com foco na percepção dos professores; e o terceiro, referente à percepção dos alunos.

5.1. Percepções dos Gestores

A partir dos resultados das entrevistas é possível fazer alguns apontamentos. Dos cinco respondentes, dois revelaram que souberam do projeto por meio de um colega, diretor de outra escola. Dois relatam que foram procurados pela equipe do projeto. E um afirma que ele mesmo entrou em contato com um membro do coletivo Aprendendo a Fiscalizar. Observa-se nessas falas que a relação de proximidade entre gestores faz com que compartilhem experiência.

“Tem uma escola próxima a nossa que a direção tem um contato com a nossa que é a Escola Marta da Silva e vocês já tem uma parceria lá então foram eles que fizeram essa divulgação e a gente acabou entrando em contato. Foi através dessa indicação.” **Gestora 01 (Marielle Franco)**

“Nós fomos procurados pelo projeto no começo do ano.” **Gestora 01 (Ruth de Souza)**

Diante das respostas apresentadas, é possível observar o dinamismo com que o Aprendendo se movimentou entre as escolas. Em um primeiro momento com uma busca ativa de escolas de tempo integral na cidade de São Paulo. Em um segundo momento, por meio de relações interpessoais dos atores, a equipe se viu demandada pelas instituições.

E quando perguntados sobre o seu envolvimento com o projeto, afirmaram que o principal papel da gestão é abrir as portas para novas experiências dentro da instituição, bem como convencer os docentes que é uma atividade interessante.

“Trouxemos aqui, houve o contato, o projeto parecia que era piloto, aceitamos, abraçamos isso, apresentamos aos professores e acompanhamos dando todo apoio(...)”. **Gestor 01 (Marta da Silva)**

“A gestão não dá pra se envolver demasiadamente, a gestão tem que abrir as portas né? e tentar(...) eu abro a porta da escola pros projetos novos, eu tento é seduzir os professores para que comprem a ideia, porque um professor bem seduzido, ele seduz o aluno também (...)”. **Gestora 02 (Marielle Franco)**

As falas acima reforçam a ideia de que o papel da gestão é aquele de acompanhar e de ajudar quando for solicitado. E não de estar presente no cotidiano das atividades e até mesmo contribuir no desenvolvimento de atividades.

Como apontado por uma das falas das gestoras, uma das atividades da gestão é checar os resultados entre expectativa e realidade do que foi desenvolvido em sala de aula. As falas revelam que houve um desencontro entre expectativa e realidade, que em parte está ligada às ações do projeto e em outra ao envolvimento da comunidade escolar.

“Minhas expectativas eram que dessem no início talvez um pouco mais de apoio no dia a dia aqui, algumas oficinas a mais, mas não direcionadas ao professor, mas aos alunos.” **Gestor 01 (Marta da Silva)**

“Eu acho que não foram atendidas plenamente, como eu disse é um processo. Eu me frustrei, mas não foi em relação a proposta vinda de vocês, foi mais em relação ao desenvolvimento aqui na escola. (...) Então, a minha frustração vem por uma outra razão e não por conta do que vocês nos trouxeram.” **Gestoras (Marielle Franco)**

Mesmo com as frustrações apontadas e a desarmonia entre expectativas e realidade, os gestores, quando perguntados se fez sentido incluir o projeto na pauta e no currículo escolar, afirmam que o projeto foi importante, pois trouxe conceitos que estão no dia a dia, mas que não sabemos o que são, como orçamento e patrimônio público.

“Se a escola quer formar um cidadão, ele passa necessariamente pela educação fiscal. O brasileiro, de forma geral, acha que as contas públicas são as contas dos outros, e a educação fiscal leva a pensar que as contas públicas são as minhas contas, são as contas de todo mundo” **Gestora 01 (Ruth de Souza)**.

“Com certeza. Principalmente a questão da utilização do dinheiro público e a conservação do patrimônio escolar, que a gente tem percebido grande

desvalorização por parte dos alunos, acho que eles não fazem ideia de que tudo que está aqui é dinheiro nosso” **Gestora 02 (Marielle Franco)**.

E destacam algumas atividade desenvolvidas e material utilizados:

“Eles voltaram muito encantados da visita à Receita Federal e eles trouxeram que tudo que eles viram e ouviram ali, foi abordado na eletiva com a contribuição da membro do OSB” **Gestora 01 (Marielle Franco)**.

“O aplicativo, que foi mostrado e orientado, e alguns materiais dissertativos para o aluno que chegaram. Acho que foi bom esse material” **Gestora 01 (Marta da Silva)**.

Observa-se que, mesmo diante dos desencantamentos e de não atender expectativas que almejavam sobre o projeto, os gestores apontam que as atividade desenvolvidas, como visita a órgãos públicos e o uso de material não convencional no âmbito escolar despertaram a curiosidade e o interesse sobre um assunto que é pouco debatido no seio escolar bem como familiar, que é o de fiscalização das atividades dos governantes.

5.2. Percepções dos docentes

Dentre os seis professores respondentes, cinco afirmaram ter conhecimento da iniciativa a partir da gestão da escola. E uma professora revelou que conheceu o projeto porque foi voluntária de uma das entidades membras da equipe, o OSB-SP.

“A coordenação geral passou a informação do grupo que estava a fim de fazer uma parceria aqui na escola, ofereceu espaço e ela veio divulgar o trabalho, a parceria.” **Docente 01 (Marta da Silva)**

“Eu já fazia parte. Eu trabalhava no ABC paulista e já fazia parte do Observatório de lá, então, quando o pessoal do Observatório se inscreveu na escola, eu não conheci esse pessoal, mas conheci o pessoal do ABC.” **Docente 01 (Sônia Guimarães)**

Quando indagados sobre como foi apresentada a proposta aos professores, observa-se nas falas que foram de diferentes modos.

“Foi um membro do Observatório, junto com o pessoal da Etec que me procurou.” **Docente 01 (Sônia Guimarães)**

“Dentro do projeto da PEI (Programa Ensino Integral). Participei da primeira oficina, onde recebemos um treinamento.” **Docente 02 (Marta da Silva)**

“Algumas pessoas da Educação Fiscal vieram e foi passado em reunião pra nós a respeito do projeto.” **Docente 02 (Marielle Franco)**

Quando questionados sobre “Como você percebe o envolvimento do corpo docente?”, os mesmos avaliam sua participação bem como a do seus pares como positiva.

“O corpo docente recebeu com muito amor essa proposta de fiscalizar. Nós não sentimos em nenhum momento resistência dos professores” **Docente 01 (Sônia Guimarães).**

“A percepção que tive foi de um corpo docente bem participante, que dentro das possibilidades ajudou no desenvolvimento do projeto” **Docente 02 (Marielle Franco).**

Apesar de receberem o projeto com certo entusiasmo, os professores apontam que a demanda do Programa de Ensino Integral faz com que o envolvimento fique comprometido.

“Algumas áreas não conseguiram agregar naquele momento por conta do conteúdo porque temos o conteúdo bastante puxado por ser uma escola de ensino integral” **Docente 02 (Sônia Guimarães).**

“Como tinham diversas eletivas, houve um envolvimento maior meu e de outra professora que ficou responsável pela eletiva” **Docente 02 (Marielle Franco).**

Os relatos corroboram com afirmação, já apontada anteriormente, que as diretrizes do ensino integral, principalmente aquelas que acarretam mais atividade na grade curricular, sobrecarregam os docentes.

No que diz respeito às expectativas sobre o projeto, os depoimentos apontam que foram atendidas de forma geral. Apesar de na mesma escola professores terem visões diferentes sobre o alcance dessas expectativas.

“A gente esperava que o projeto trouxesse apenas uma ferramenta para apoiar nosso trabalho, entretanto, ultrapassou nossas expectativas pois além das ferramentas a gente teve todo um apoio e suporte na formação dos nossos alunos.” **Docente 02 (Sônia Guimarães)**

“As expectativas foram atendidas, mas agora falta implementar e ampliar essas ações, que é normal em projetos. Eu, como professora de humanas, prefiro ir devagar e sempre.” **Docente 01 (Sônia Guimarães)**

“De forma geral as expectativas foram atendidas sim.” **Docente 02 (Marielle Franco)**

“O meu objetivo é que eles, não só os alunos, mas a gente também, os professores, todos que estão na escola, saiam com uma ideia de como é usar o seu dinheiro da melhor forma possível. (...) Como não teve nenhum projeto e nada que eu vi concreto, eu não sei te responder, tá assim, em cima do muro.” **Docente 01 (Marielle Franco)**

Quando indagados quais resultados é possível destacar com o desenvolvimentos das atividades do Projeto os docentes apontam que o principal resultado está em trazer o tema da fiscalização e controle social para dentro da instituição.

“O resultado é a percepção dos alunos quanto à política pública, e que eles percebem no bairro quando há uma intervenção ou não.” **Docente 02 (Sônia Guimarães)**

“A partir da visita na Receita Federal, daquilo que foi feito durante o período de atividades dentro do Cuidando do Meu Bairro, os estudantes entendem que recebem recursos da prefeitura para que a escola funcione.” **Docente 02 (Marta da Silva)**

“Melhor compreensão da destinação dos tributos, formas de fiscalização das atividades dos governantes.” **Docente (Marielle Franco)**

E quando questionados sobre as contribuições do projeto para a comunidade escolar, quatro dos seis docentes afirmam que houve, mas não de forma institucionalizada pela escola, e sim no cotidiano.

“Todas as vezes que um projeto ou ação agrega conhecimento, aprendizagem, a contribuição está dada dentro da comunidade escolar, dentro da aprendizagem, e esse projeto agregou a aprendizagem.” **Docente 02 (Sônia Guimarães)**

“Há grande importância e contribuição, para a comunidade escolar, não só para os alunos, mas para os professores, pois muitos desconheciam a profundidade de tais temas.” **Docente 02 (Marta da Silva)**

Observa-se que o Projeto Aprendendo a Fiscalizar buscou disponibilizar para os docentes plataformas e materiais, como gibis e cartilhas, a fim de tornar o tema da Educação Fiscal mais atraente e compreensível para os alunos.

5.3. Percepções dos Discentes

Dos dez respondentes, cinco declararam ter ficado sabendo do projeto a partir dos professores. Quatro contaram que tiveram conhecimento do projeto a partir da apresentação da proposta pela coordenação pedagógica da instituição. Eles contaram que a oferta do projeto se somava a várias outras que aconteceriam nas escolas, pois teriam que escolher entre uma gama de possibilidades.

“Fiquei sabendo pela professora porque ela teve a ideia de criar o projeto aqui na escola.” **Discente 01 (Sônia Guimarães)**

“Eles colocaram várias oficinas pra gente e a gente tinha que escolher qual a gente queria. Aí eu escolhi essa porque era pra eu me aprofundar mais, pra eu saber mais sobre o assunto.” **Discente 01 (Marielle Franco)**

“Eu fiquei sabendo pelo e-mail da turma do componente de ADT [Análise de Diálogos Transversais], ao qual eu teria que escolher uma das disciplinas para cursar.” **Discente 02 (Dandara dos Palmares)**

Diante das colocações dos entrevistados e das afirmações presentes na seção 4.2 fica evidenciado que, nas escolas Sônia Guimarães e Marta da Silva, o Aprendendo foi uma das poucas opções de escolhas para aquele grupo de alunos. Enquanto que na Dandara dos Palmares e na Marielle Franco, os alunos, escolheram trabalhar e se aprofundar com o tema da Educação Fiscal, mesmo tendo outras opções. Isso é um indicativo de que o tema despertou a curiosidade desses estudantes para um assunto pouco discutido em seus grupos de socialização.

Quando questionados sobre o envolvimento dos colegas com o projeto, as respostas apontam que os alunos, em todas as escolas, demonstraram interesse no desenvolvimento das atividades.

“Os alunos (...) foram bem atenciosos com o projeto, algumas das vezes não muito interessados, mas grande parte sim. Os alunos se envolveram bastante no geral porque ficaram muito empolgados com as visitas técnicas e com as oficinas. E como lidar com o conteúdo estudado na prática. Mas, sempre tem gente que não participa.” **Discente 01 (Dandara dos Palmares)**

“Foi bom. Eles gostaram bastante. Teve uns que não gostaram tanto, outros gostaram bastante de aprender as coisas, desenvolveram mais.” **Discente 01 (Marielle Franco)**

“Pra mim foi muito bom porque todos se interessaram, pois queriam saber mesmo pra onde ia o dinheiro.” **Discente 03 (Marta da Silva)**

O engajamento na proposta pode estar ligado ao fato de o projeto trazer ferramentas que estão fora do cotidiano dos alunos. Quando indagados sobre os materiais utilizados, observa-se nas respostas uma ênfase à questão tecnológica a partir das plataformas e do site do GEFE-SP.

“Os materiais utilizados foram bons porque foram utilizados os recursos tecnológicos. (...) as ferramentas cumpriram com o papel que elas possuíam.” **Discente 02 (Dandara dos Palmares)**

“No site, porque também tinha jogos e a gente podia aprender jogando. Eu gostei disso.” **Discente 01 (Marielle Franco)**

“Porque mostrava o gasto e dava noção do gasto que estava previsto para gastar.” **Discente 01 (Sônia Guimarães)**

No que diz respeito à continuidade do debate sobre assuntos ligados à Educação Fiscal, algumas respostas apontam que dentro das escolas o tema segue presente, mesmo fora da sala de aula. No entanto, essa não foi uma percepção comum aos estudantes, mesmo quando eles eram da mesma instituição.

“A escola fala do tema indiretamente através de outros componentes. Os alunos têm mais propriedade para discutir esse tema nas rodas de debate.” **Discente 01 (Dandara dos Palmares)**

“Sim, a professora de inglês, por exemplo, sempre fala da importância dos tributos e como é importante fiscalizar. Os professores que participaram do projeto diretamente, em suas aulas, também conversam com a gente.” **Discente 03 (Marielle Franco)**

“Não que eu tenha percebido.” **Discente 02 (Marielle Franco)**

“Depois da disciplina eletiva, os professores começaram a falar mais sobre impostos e o que acontece com eles.” **Discente 01 (Marta da Silva)**

“Sim, depois que o projeto aconteceu, os alunos começaram a ter mais consciência do patrimônio da escola, já que somos nós que pagamos. Pararam de jogar lixo no chão e arrancar folha do caderno sem necessidade.” **Discente 02 (Sônia Guimarães)**

A fala dos estudantes traz à tona o desrespeito ao patrimônio público, uma questão sempre apontada pelos gestores. De modo geral, eles trazem que o Projeto estimulou mais consciência e precaução com o que é público. Na percepção deles, pudemos observar que é preciso que a escola “entre” no projeto, pois, ao fim das atividades, ganhos e avanços podem ser perdidos se não houver continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados que encontramos neste artigo apontam para a ausência do debate sobre Educação Fiscal nas escolas e a falta de formação dos professores para trabalharem o tema. Não obstante, as comunidades escolares das unidades que participaram deste estudo de caso destacaram a relevância da experiência, realizada em parceria, de modo horizontal e com plena autonomia para que as escolas desenvolvessem o projeto de acordo com a sua realidade.

A partir da avaliação dos sujeitos da pesquisa, o desenvolvimento do projeto se deparou com desafios para sua implementação e gerou aprendizagens. Gestores e professores apontaram, por exemplo, a necessidade de um número maior de formações para preparação da escola, assim como mais participação dos parceiros nas atividades. Se notou também diferentes graus de envolvimento da comunidade escolar, com os gestores mais participativos no processo de introdução da proposta na escola e os professores aderindo ao projeto de formas diferentes.

As plataformas digitais que foram utilizadas como ambiente de aprendizagem - Cuidando do Meu Bairro e Monitorando a Cidade - foram apontadas como um ponto positivo e que contribuíram para manter o interesse e o engajamento dos estudantes pelo tema da Educação Fiscal.

Foi perceptível o interesse que as comunidades escolares, em especial, os alunos demonstraram no uso das plataformas. Saber desenvolver esses instrumentos com a colaboração dos docentes é essencial, porque os conteúdos a serem estudados e os exercícios propostos tornam-se importantes, diferenciadas e inovadoras no processo de ensino-aprendizagem.

O estudo nos sugere que a reedição do Projeto, considerando as aprendizagens da primeira edição e seu aperfeiçoamento, pode ser um caminho interessante para aprofundamento da metodologia e da pesquisa. Para que seja implementado

em escala, por exemplo, será necessário, no nosso ponto de vista, que haja planejamento conjunto com as secretarias de Educação (estadual e municipal) e que seja incluída a formação do corpo docente e de eventuais monitores, não somente nos conceitos de Educação Fiscal, mas na apropriação de tecnologias cívicas.

No que concerne a trabalhos futuros, apontamos para a investigação um estudo comparado entre o Aprendendo a Fiscalizar e outras iniciativas de ensino de Educação Fiscal no contexto da educação básica, a fim de identificar semelhanças e diferenças, aprendizados, desafios, metodologias e estratégias e os resultados alcançados.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, A. C. B. de. **A construção da cidadania por meio da Educação Fiscal: uma análise dos observatórios sociais**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza-CE, 2014.
- AGUIAR, A. C. B.; MAIA, D. B. M. Cidadania fiscal e novas mídias. *In*: TORRES NETO, A.; MACHADO, S.M.O. (coords.); MARINO, C.E. dos S.; BELCHIOR, G.P.N; SILVA, I.M.V. da (orgs.). **15 anos do Programa de Educação Fiscal do estado do Ceará**. Fortaleza: Fundação Sintaf, 2014. cap. 10, p. 301-313.
- ALMEIDA, R. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica; *In*: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. São Paulo: SESC-CEBRAP, 2016.
- AMORIM, I. T.; CRAVEIRO, G.; MACHADO, J. **Monitoramento participativo e accountability governamental: o estudo de caso do “Cuidando de Meu Bairro”**. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.18367>. Acesso em: 17 set. 2022.
- ARAGÃO, C. A. de. **Educação política em contexto escolar: a via do monitoramento participativo mediado por tecnologia digital cívica**. Tese em qualificação (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Bahia, 2021.
- BORGES, Erivan Ferreira. **Educação Fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos pela administração municipal**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFRN, Natal, 2012.

- BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária. Ministério da Economia. **Resolução N° 03/97**. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/resolucoes/1997/rs003_97. Acesso em: 11 dez. 2022.
- BRASIL. Escola de Administração Fazendária. Ministério da Fazenda. **Educação Fiscal no Contexto Social**. Série Educação Fiscal. Caderno 1. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. 4. ed. Brasília: 2009.
- BRASIL. Escola de Administração Fazendária. Ministério da Fazenda. **Educação Fiscal no Contexto Social**. Série Educação Fiscal. Caderno 1. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. 5. ed. Brasília: 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- CRAVEIRO, G. S.; SANTOS, M. **Processos de participação cidadã mediados por tecnologias digitais**: um estudo sobre monitoramento participativo e avaliação de políticas públicas no contexto escolar. 44º Encontro Anual da ANPOCs 2020, artigo alocado no GT22 - Internet, política e cultura.
- CARMO, J. G. B. **Conceituando Educação Fiscal**. [br/educacao/josue/index](http://educacao/josue/index), v. 20169, 2008.
- FELCHER, C. D.; FERREIRA, A. L. A.; FOLMER, V. Da pesquisa-ação à pesquisa participante: Discussões a partir de uma investigação desenvolvida no *Facebook*. **Revista Experiências em Ensino de Ciências**, Cuiabá, v.12, no.7, 2017.
- FUNDAÇÃO FEAC. **PerguntAção**: conhecendo os interesses e perspectivas dos jovens de Campinas-SP. Campinas, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed, 2002.
- GRAEFF, E. **Evaluating Civic Technology Design for Citizen Empowerment**. 2018. 214 f. Tese (Doutorado) - Program In Media Arts And Sciences, Massachusetts Institute Of Technology, Cambridge, 2018
- MARTINS, W. A. **A educação fiscal no ensino**. 2009. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_waldi_r_aparecido_martins.pdf. Acesso em: 18 jan. 2016.
- OLIVEIRA, L. C. D. de. **Da cidadania fiscal à cidadania cultural**: (teoria da Educação Fiscal). 144 f. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional – Universidade de Fortaleza, 2012

PROJETO Aprendendo a Fiscalizar - Educação Fiscal nas Escolas Municipais e Estaduais de Educação Integral no município de São Paulo. **Relatório avaliativo**. São Paulo, 2019.

SAMPAIO, R. C. et. al.. Estado da arte da democracia digital no Brasil: oferta e sobrevivência das iniciativas (1999-2016). **Revista Do Serviço Público**, 70(4), 693-734, 2019.

SILVA, I. M. V. da. **Programa de Educação Fiscal e escola**: caminhos e descaminhos na construção da cidadania. Fortaleza, UECE, 2007. 147 p. Dissertação (Mestrado profissional em planejamento de políticas públicas). Universidade Estadual do Ceará, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

VILLI, M. de C. **O monitoramento participativo como estratégia da sociedade civil para controle social**: um estudo de caso da plataforma Monitorando a Cidade, SP: USP, 2018.